



Da marcha pela família à marcha para Jesus: encontro de católicos e evangélicos com a extrema-direita¹

From the March for the Family to the March for Jesus: The Encounter of Catholics and Evangelicals with the Far Right

Samuel Correa Duarte²

Eliseu Riscaroli³

Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo⁴

Resumo: O cenário político do Brasil no início dos anos 1960 e no final dos anos 2010, embora separados por um grande lapso temporal, apresentam algumas semelhanças no quadro político e religioso, sobretudo na vinculação de parcelas da religião cristã com a extrema-direita. A partir disso, temos como objetivo principal examinar a adesão dos católicos ao Golpe civil-militar brasileiro de 1964 e a ligação dos evangélicos neopentecostais ao bolsonarismo, especialmente com o advento da eleição de 2018. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa em perspectiva comparada, na qual realizaremos a reconstituição histórica dos períodos, bem como a revisão bibliográfica, dialogando com as principais fontes de pesquisa sobre o tema. Como resultado, constatamos uma grande relação entre religião e política, com a fé sendo mobilizada como instrumento político e em defesa de valores, especialmente os representados pelo nacionalismo patriótico, em oposição à narrativa do comunismo e à controversa pauta de costumes.

Palavras-chave: Política. Conservadorismo religioso. Golpe de Estado. Bolsonarismo. Pauta de costumes.

Abstract: The political scenario in Brazil at the beginning of the 1960s and at the end of the 2010s, although separated by a large time span, presents some similarities in the political and religious framework, especially in the link between segments of the Christian religion and the far-right. Based on this, our main objective is to examine the adherence of Catholics to the Brazilian civil-military coup in 1964 and the connection of neo-Pentecostal evangelicals to Bolsonarism, particularly with the advent of the 2018 election. Methodologically, this is a qualitative research in a comparative perspective, in which we will conduct the historical reconstruction of the periods and a bibliographic review, engaging with the main research sources on the topic. As a result, we observed a strong relationship between religion and politics, with faith being

¹ Este artigo foi recebido em abril de 2024 e submetido a uma avaliação cega por pares, conforme a política editorial, sendo aprovado para publicação em agosto de 2024.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará Estágio em doutorado sanduíche na Universidade do Porto-PT (2018-2019). E-mail: samuel.correa@ufma.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: eliseu.riscaroli@ufnt.edu.br

⁴ Doutor em Ciência Política na linha de pesquisa de Política Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT). E-mail: cesarpolitika@gmail.com



mobilized as a political tool and in defense of values, especially those represented by patriotic nationalism in opposition to the narrative of communism and the controversial agenda on morals.

Keywords: Politics. Religious conservatism. Coup d'état. Bolsonarism. Moral agenda.

Introdução

Um lapso de quase 60 anos separa a antessala do golpe civil-militar brasileiro em 1964 e a emergência do bolsonarismo em meados da década de 2010, até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, dando, por conseguinte, os contornos da cristalização política na viragem dos anos 2020. Para compreendermos melhor o estudo, primeiramente, devemos explicitar que no início dos anos 1960 a Igreja Católica brasileira ainda era amplamente majoritária. Igualmente, era muito bem demarcado o vínculo com o extrato político-ideológico de direita, sendo um dos pilares civis no bloco de sustentação do Golpe de 1964 (Dreifuss, 1981). Noutro tempo histórico de análise, houve a emergência do neopentecostalismo evangélico no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, servindo *a posteriori* de ponto de aglutinação, juntamente a outras parcelas políticas e econômicas, para a vitória de um candidato de extrema-direita disposto a promover um golpe de Estado e romper com o *establishment* político brasileiro.

Mediante o exposto, possuímos como objetivo principal deste artigo examinar a adesão dos católicos ao golpe civil-militar brasileiro em 1964 e o enlace dos evangélicos neopentecostais ao bolsonarismo com o advento da eleição de 2018. De acordo com a bibliografia, sabemos que as fontes de pesquisa são extremamente fartas a respeito do tema, sobretudo no que concerne ao Brasil recente em face da união entre política e religião, mas, em perspectiva comparada, consideramos que ainda requer um estudo mais aprofundado a fim de analisarmos as práxis e mobilizações entre classes, elite política, alta hierarquia religiosa e oficiais das Forças Armadas.

A fim de trabalharmos com um tema com um lastro temporal extremamente amplo, cumpre refinar o artigo nos seguintes momentos, quais sejam: 1) análise do processo de formação do bloco oposicionista entre política e alto clero católico que fomentou a fratura do governo João Goulart (1961-1964) e, conseqüentemente, o golpe civil-militar; 2) o estudo do processo da ascensão da extrema-direita no Brasil e o consórcio com as igrejas evangélicas neopentecostais, ao mesmo tempo, a assunção de um candidato à presidência do Brasil que veio a convergir como polo aglutinador, dando o enlace político, ideológico e religioso.



No tocante ao aspecto metodológico, trabalharemos em perspectiva comparada com dois tempos políticos, para tanto faremos uma reconstituição histórica do período pré-1964 e da viragem dos anos 2010 com mudança política para a extrema-direita. Também empreenderemos uma ampla revisão bibliográfica das principais fontes documentais diversas, de modo a responder ao objetivo principal a ser perseguido por este artigo.

O Brasil em marcha com a família com Deus pela Liberdade: direita volver!

A fim de compreendermos o processo do golpe civil-militar brasileiro de 1964, primeiramente, devemos retroceder no tempo com vista a analisar as condicionantes que levaram a chegarmos a uma ditadura. Conforme o nominado, intencionamos caracterizá-lo como civil e militar, uma vez que demarcamos muito fortemente a adesão da população brasileira no processo de gestão do golpe e, posteriormente, da sua manutenção. Nesse sentido, deixamos claro que o processo da gênese ditatorial deita suas raízes anteriormente ao fatídico ano, portanto, sendo fomentado por amplas parcelas da população civil e militar, assim como com o apoio internacional dos Estados Unidos (Dreifuss, 1981; Gorender, 1987).

O Brasil, no início dos anos 1960, vinha sofrendo uma série de convulsões políticas, sendo ativadas ainda mais pela renúncia do Presidente eleito Jânio Quadros, em 1961. Naquele período, de acordo com a justiça eleitoral, era possível ter o Presidente eleito por um partido e o seu vice sendo eleito por outra agremiação política. Logo, foi nesse cenário que se deu a eleição de Jânio Quadros, apoiado por uma coalizão política conservadora, e seu vice, João Goulart, sendo eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), organização política fortemente associada ao sindicalismo e outras parcelas mais progressistas da sociedade brasileira (Figueiredo, 1993).

Quando Jânio Quadros renunciou, em 1961, João Goulart se encontrava na China comunista, naquela época governada por Mao Tse Tung, causando, por conseguinte, acirradas disputas políticas que não o deixavam retornar ao país, pois o consideravam um político com perfil tendendo à esquerda. Contudo, um compromisso político foi acordado desde que aceitassem um intrincado mecanismo dele ser Presidente e outro político ser Primeiro-ministro, tendo a posteriori um plebiscito que ratificaria o modelo político do Brasil em 1963 – vencendo o presidencialismo e dando posse definitiva para Goulart.



Porém, a política brasileira, a partir da emergência do novo Presidente, iria singrar em águas turvas, uma vez que a direita golpista no imediato fomentaria um processo de divórcio entre a sociedade civil e o novo governo, sobretudo em face das suas famosas *Reformas de Base* – que visavam avançar do estágio da democracia política para a democracia social. Em seu cerne, seria uma mudança em várias instâncias da política, economia e cultura brasileira – nada mudando radicalmente o *status quo* e tampouco transformando a estrutura de classe da sociedade brasileira – mas pelo seu caráter causava assombro à burguesia. Destacamos como um dos aspectos que causava maior temor a reforma agrária, objeto de discussão e de disputa política que associava gravosamente Goulart, mas de modo equivocado e mal-intencionado pela burguesia com o fito de descaracterizar as reformas, com as pautas dos comunistas, haja vista essa era uma reivindicação histórica do Partido Comunista Brasileiro (Segatto, 1995).

Nesse cenário, pela defesa de classe e para que o Brasil não se associasse ao comunismo, conforme caracterização da burguesia nacional e internacional, começaram a ser gestados alguns organismos que fomentavam uma ruptura institucional e a deposição de Goulart. Destacamos o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criados nesse período com a vista a fazer publicidade negativa do Presidente e do seu governo, igualmente, construíam uma propaganda de cunho extremamente forte anticomunista (Dreifuss, 1981).

Lembramos que aquele período em tela era o momento ápice da Guerra Fria entre União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos (Hobsbawn, 2008). Assim sendo, como o Brasil historicamente era aliado dos americanos, portanto, um Presidente que rompia com o alinhamento e a Doutrina de Segurança Nacional pró-Estados Unidos tornava-se, obviamente, figura não grata nas hostes dos países do capitalismo avançado (Moreira, 2011). Destacamos que há pouco em Cuba tinha ocorrido uma revolução comunista, em 1959, logo, as atenções da Casa Branca também estavam voltadas para a América Latina, devendo ser evitado qualquer tentativa de rompimento e não alinhamento com os Estados Unidos.

Ou seja, o cenário no plano político nacional estava realmente conflitivo, assim como em âmbito internacional o governo possuía atritos e amealhava inimigos, outrora apoios estratégicos. Portanto, formar-se-ia um amplo arco de coalizão da sociedade civil, a fim de dar o golpe final, para tantos setores da burguesia nacional e internacional, juntamente com o endosso da elite



política, do alto clero da Igreja e dos oficiais militares das Forças Armadas passaram a incentivar campanhas de oposição contra Goulart, ou seja, com o objetivo fim da viragem do regime e extinguir o seu mandato.

Podemos dizer que um dos grupos mais destacados era a Igreja Católica, religião amplamente dominante naquele período do Brasil pré-1964 e totalmente anticomunista, justamente em virtude das discussões arraigadas que o comunismo era a antítese da fé religiosa católica. Portanto, a caracterização do governo de Jango, como era chamado, na qualidade de esquerdizante torna-se extremamente pertinente para compreendermos a adesão dos altos escalões da Igreja Católica ao golpe e, conseqüentemente, levando ampla parcela de fiéis, que comungavam a mesma crença religiosa, como um instrumento político extremamente precioso contra Jango. Isso posto, ser católico e ser aderente ao governo Goulart eram dois caminhos equidistantes, conseqüentemente, sobrava para os católicos praticantes apenas marchar contra o comunismo na defesa da liberdade da fé cristã (Presot, 2011; Rosa, 2015).

Em síntese, seria essa a palavra de ordem do período antecessor ao Golpe, amplas parcelas da sociedade civil de vários estratos marchando em uníssono contra Goulart e o comunismo. No início do ano de 1964, houve várias rupturas e rusgas, provocando definitivamente um total esgarçamento do governo Goulart com as suas bases de sustentação política, ocasionando, conseqüentemente, uma erosão do seu governo (Figueiredo, 1993). Na esperança de adensar apoio, Goulart convoca um Comício na Central do Brasil, visando reunir as grandes centrais sindicais e também o apoio do seu partido político. Conforme amplamente estudado na bibliografia, esse Comício contou com 200 mil participantes, mas foi o Canto do Cisne do seu mandato, pois a partir desse momento houve uma contundente contraofensiva de extrema-direita (Gorender, 1987).

Uma das peças-chave dessa resposta foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pelas mulheres católicas da elite de São Paulo, com total apoio do clero e da classe política. No dia 19 de março, dia de São José e patrono da família, a Marcha se materializa com 500 mil pessoas que congestionaram a cidade de São Paulo, servindo, pois, como resposta e indicativo para as Forças Armadas: o momento tinha chegado. Portanto, os militares responderiam com precisão aos anseios da população que clamava por socorro a fim de livrar o Brasil do perigo iminente do comunismo (Presot, 2011; Rodeghero, 1996). Ou seja, as convergências nesse momento já se faziam presentes e amplamente materializadas, sendo a parcela religiosa, endossada

pelas mulheres donas de casa, o elo que faltava para justificar o apoio da família brasileira: mulheres ilibadas que não intencionavam a cizânia política, apenas restaurar a ordem e os valores cívicos.

A partir desse momento, passaram a ter várias Marchas pelo Brasil clamando por resposta política e salvação do Brasil, numa associação entre os descaminhos do governo Goulart para o comunismo; em contrapartida, advogavam pela liberdade religiosa advinda somente com o capitalismo. Seriam, portanto, dois polos oponentes muito bem instrumentalizados pela opinião pública, mídia corporativa, partidos de direita, Forças Armadas e os institutos IPES/IBAD. Destacamos, ainda, que as mulheres marchadeiras, como ficaram conhecidas, desafiavam o governo Goulart com um rosário na mão, rezando e pedindo misericórdia a Deus com vista a uma intercessão por mudança política.



Figura 1: Marchadeiras com rosário nas mãos abrem o protesto no Rio de Janeiro.
Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>

Com o sucesso da Marcha de São Paulo, outras foram marcadas no Brasil dispostas a aglutinar os setores eclesiais católicos conservadores e a direita golpista. Contudo, não foi necessário continuar marchando com Jesus com rosário na mão contra Goulart por muito tempo, pois o Golpe se fez presente no dia 31 de março de 1964: “o golpe foi um ato de força e de consenso. Os acontecimentos que o precederam tornaram-se símbolos de participação civil e da politização de uma sociedade dividida” (Dias, 2012, p. 3). Torna-se importante esse registro, pois a sociedade estava fraturada entre posições a favor e contra, melhor dito: por um lado, entre os que apoiavam o governo e as Reformas de Base do bloco populista desenvolvimentista; e, no outro



lado, o polo oposto golpista que queria romper definitivamente com a democracia brasileira e via nos militares a salvação para impor a ordem supostamente perdida (Moreira, 2011, Figueiredo, 1993).

Imediatamente após o Golpe, com vista a demarcar a vitória, a Marcha puxada pelas mulheres mudaria o seu enfoque, pois passaria a ser a Marcha da Revolução Redentora. Para tanto, mantinham o caráter e passariam a desfilar em todo o país dando amplo apoio à corporação militar que tomara o poder com o General Ditador Castelo Branco. Como prova de gratidão, as marchadeiras “foram insistentemente aclamadas por generais, políticos e jornalistas como a vanguarda de todo o movimento que, pretendias eles, teriam desencadeado o golpe civil-militar” (Simões, 1985, p. 96). Destacamos que, entre o mês de março de 1964 e o mês de junho, houve 69 Marchas dessa natureza, sendo 80% delas após o Golpe (Presot, 2011, p. 86).

Com a consolidação da ditadura e com o primeiro ditador governando sem temor de recuo, as Marchas da Vitória são discretamente esvanecidas e passam a dar lastro para outra rede de apoio institucional, dessa vez com instâncias mais robustas da política, da elite econômica e do alto escalão do clero. A CNBB é chamada para se manifestar após a instalação da ditadura e faz a seguinte declaração de apoio:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Providência divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecimentos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente (Lima, 1979, p. 147).

Registramos que, embora a declaração de apoio fosse reflexo da maioria dos bispos congregados, já começava a aparecer dissenso em face dos excessos dos militares no imediato à implantação da ditadura, ainda como voz subalternizada (Rosa, 2015). O distanciamento com a ditadura viria com o aprofundamento do torcionário, sobretudo a partir do AI-5, em 1968, e com os crimes de lesa-humanidade, provocando, conseqüentemente, um realinhamento da Igreja Católica nas próximas décadas (Serbin, 2002). Em síntese, o que importa reter dessa seção é a vinculação dos altos escalões da Igreja com a cúpula do golpe, sendo instrumentalizadas parcelas



da sociedade civil para apoio estratégico e a justificativa imperiosa para a necessidade de ruptura institucional. Nessa moldura, tornar-se-iam as mulheres personagens de proa, uma vez que marcharam em uníssono com vista a livrar o Brasil do comunismo e salvaguardar a fé cristã do perigo vermelho (Rodeghero, 2002; Rodeghero, 1996).

A marcha com Jesus: um convite à extrema-direita?

O evento hoje denominado Marcha para Jesus remonta a práticas coletivas de fiéis da Igreja Assembleia de Deus. O diferencial é que as demonstrações públicas no seio da Assembleia de Deus eram exclusivas para seus adeptos, enquanto a atual Marcha para Jesus é interdenominacional e liderada pela Igreja Renascer em Cristo a partir de 1993. Importa registrar que o evento liderado pela Assembleia de Deus visava o proselitismo religioso, enquanto o evento liderado pela Renascer em Cristo acrescenta um viés político ao cortejo. A despeito das diferenças, subsiste entre as duas manifestações a partilha de um imaginário relacionado com a ideia de batalha espiritual e a conquista da terra prometida.

Nas últimas décadas, há uma crescente disputa no campo cristão pelo espaço público para fins de manifestação de suas crenças. A Marcha para Jesus emerge nesse contexto, em que segmentos evangélicos reivindicam o direito ao espaço público para realização de atos de fé. A conjugação entre festa/celebração e religião consiste em estratégia para atrair prosélitos. A data sacra do Corpus Christi, tradicional evento do calendário católico, quando ocorrem procissões em vias públicas, também foi adotada pelos evangélicos para a realização da sua Marcha para Jesus – o que evidencia a lógica da disputa. O diferencial parece residir no viés político da Marcha para Jesus, em que se difunde um discurso e imagética conectados com o nacionalismo e marcam presença lideranças políticas ligadas ao campo religioso e/ou conservador (Silveira, 2019).

A Marcha para Jesus pode ser vista como um ritual, uma comunidade e um espetáculo. É um ritual, pois envolve uma performance coletiva de comunhão interdenominacional. Interessante observar que visam se diferenciar do universo cultural católico, de modo que não se trata de uma romaria ou procissão; e se apropriam de símbolos veterotestamentários como o cerco à cidade de Jericó e a busca pela terra prometida. É uma comunidade, pois promove uma identidade coletiva ancorada na comunhão de valores tradicionais e os princípios da fé evangélica. Essa identidade precisa ser celebrada para manter viva a integração social – se Cristo é o cabeça e a igreja é o corpo



– a comunhão com Deus e com a comunidade deve ser (re)avivada continuamente. E, por fim, a Marcha para Jesus pode ser também interpretada como uma espécie de carnaval gospel, visto que a hierarquia é subvertida pela mistura entre povo e autoridades clericais. A presença de trios elétricos remonta a um evento carnavalesco despido de sua sensualidade. No cortejo observa-se uma falta de padronização no vestuário e símbolos – que representam mais o mosaico denominacional do que a unidade na fé; é notável a centralidade do cantar, bem como a profusão de gestos e expressões corporais; as ações de louvor a Deus também despertam emoções e proporcionam êxtase para seus participantes, numa espécie de frenesi coletivo (Mendes, 2008; Paegle, Klug e Assmann, 2010).

A Marcha para Jesus é precedida por uma série de preparativos nas comunidades eclesiais que participam, que vão desde a realização de vigílias em prol do evento até a produção de vestuário para uso no dia de celebração. O público envolvido em geral são jovens e casais – estes últimos muitas vezes com seus filhos. É comum o uso de carro de som para guiar e animar o cortejo, no qual se revezam oradores religiosos/políticos e cantores gospel. Voltada para o público cristão e, especialmente, evangélicos, a Marcha demarca o pertencimento a esse segmento religioso e sua visibilidade no espaço público. Esse parece ser um ponto central: a percepção de que o proselitismo em tempos de sociedade de massas demanda uma fé publicizada (Carvalho, 2018).

No desenrolar do evento, há disputa territorial e simbólica entre os diferentes segmentos evangélicos que compõem a paisagem da marcha, numa lógica da busca por visibilidade. Dito isso, cabe destacar a dimensão política, visto que a Marcha para Jesus oportuniza palanque político para lideranças religiosas e seculares, borrando as fronteiras entre o reino de Deus e o reino dos homens (Paegle, Klug e Assmann, 2010).

Essa disputa de espaço material e espiritual tem subdivisões: inicialmente, ‘todos se abrigavam’ na Assembleia de Deus. Na adolescência, Edir Macedo começa a frequentar a igreja Nova Vida. Sai e vai para a igreja Casa da Bênção e, aos 21 anos, é consagrado pastor. Depois de desentendimentos, em 1977, ele, RR Soares e Carlos Rodrigues fundam a igreja Universal. Três anos depois, nova discussão e RR Soares funda a Igreja Internacional da Graça de Deus. Em 1998, novas divergências entre Edir Macedo e um obreiro fazem nova divisão: o obreiro era Valdomiro Santiago, que funda a Igreja Mundial do Poder de Deus. Em 2006, uma discussão entre Valdomiro e Agenor Duque promove nova divisão e surge a Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus.



Todas são neopentecostais e, de alguma forma, fazem e constituem em alguma medida elementos da Marcha para Jesus.

A marcha contribui para a formação de uma cultura gospel caracterizada pela teologia da prosperidade e consumismo; valorização de elementos da cultura judaica e batalha espiritual; espetacularização da fé e ecletismo musical. O evento simboliza o crescimento do segmento evangélico no país, pautado por uma ideologia conservadora e uma agenda política que visa ocupar espaços de poder (Paegle, Klug e Assmann, 2010).

Mas o que significa ser conservador? Em que sentido os evangélicos são conservadores? De acordo com Almeida (2017), ser conservador na cultura brasileira implica num duplo jogo de imagens: uma mais rígida na esfera pública com relação aos valores tradicionais do patriarcado e da heteronormatividade; outra mais flexível na esfera privada com relação à admissão do convívio com os diferentes. A pauta conservadora se expressa em particular nos temas sobre direitos reprodutivos, questões de gênero e sexualidade, temas conexos à família e moralidade. O conservadorismo ativo busca universalizar os princípios morais que guiam uma determinada comunidade – o que a torna refratária ao pluralismo moral. Os evangélicos são compostos por diferentes grupos denominacionais que convergem em torno dos valores tradicionais. Eles têm demonstrado uma tendência ao voto em correligionários de fé ao longo do período da redemocratização, permitindo a formação de uma bancada parlamentar que atua como lobby ou grupo de pressão.

O que há de comum aos evangélicos? Para Sant’ana (2014), a distinção entre o sagrado e o profano pode ajudar a compreender a comunhão interdenominacional entre evangélicos, na medida em que percebem seus templos como espaço do sagrado e as ruas como espaço profano – nesse sentido, a Marcha para Jesus surge como uma batalha do bem contra o mal, uma tomada de território mundano para o reino dos Céus. Disso decorre toda uma liturgia que visa a libertação do espaço público da presença maligna – que inclui os outros cultos e crenças que permeiam nossa sociedade. O crescimento exponencial dos adeptos de igrejas evangélicas no Brasil - resultado do trabalho missionário de igrejas euroamericanas e a subsequente formação de lideranças nativas – implicou na busca desse segmento religioso por mais influência social/midiática e político/partidária.

Casalecchi & Coelho (2024) reportam que o Brasil, constituído como um país cristão no processo colonial, sob domínio católico, nas últimas décadas tem-se observado uma crescente presença evangélica, cuja expressão religiosa atual gira em torno de 30% da população adepta a algum credo. E esse processo teria estreita conexão com a formação da cultura política no período pós-redemocratização, cujo evento típico seria a eleição e governo de Jair Messias Bolsonaro, entre 2018 e 2022. Esse evento representou uma colonização da política pela pauta moral e o conservadorismo – entendido aqui como uma resistência a mudanças sociais e culturais -, o que implica uma agenda política favorável à redução da maioria penal e à criminalização do uso de entorpecentes; e contrária à legalização do aborto, do casamento civil e adoção de crianças por casais homoafetivos.



Figura 2: Presidente Jair Bolsonaro com lideranças evangélicas

Fonte: <https://pleno.news/brasil/politica-nacional/bolsonaro-sera-o-1o-presidente-na-marcha-para-jesus.html>

É massiva a presença de fiéis de igrejas pentecostais e neopentecostais na Marcha para Jesus, bem como o financiamento de empresas sob direção de evangélicos. O segmento evangélico é marcado por uma extensiva adesão à chamada teologia da prosperidade – segundo a qual o bem-estar material seria sinal visível da fé invisível, uma espécie de recompensa divina em função da perseverança do fiel. Mas, para que a prosperidade seja alcançada, o fiel deve assumir uma postura

empreendedora no campo profissional e obediente no campo eclesiástico. A teologia da prosperidade se coaduna com uma ideologia liberal que enfatiza o papel do livre mercado e a redução do Estado (Sant’ana, 2014).



Figura 3: Presidente Jair Bolsonaro sobe ao palco da Marcha Para Jesus 2019 — Foto: GloboNews/Reprodução
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/20/27a-edicao-da-marcha-para-jesus-em-sao-paulo-fotos.ghtml>

Mas importa registrar que, para além da pauta conservadora – endossada pelos eleitores evangélicos –, o bolsonarismo tem inclinações antidemocráticas – entendido aqui como uma aversão ao sistema político e às regras eleitorais –, que se expressam na exaltação do regime ditatorial, na defesa da tortura e da repressão policial – o ápice desse viés antidemocrático emergiu com a tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023, uma tentativa frustrada de reverter o resultado do processo eleitoral que reconduziu Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República.

Gomes e Didier (2011) destacam a semântica da expressão ‘marchar com Jesus’ como uma interlocução que demanda engajamento do ouvinte. A mobilização de múltiplos meios de publicidade para divulgação prévia da Marcha para Jesus – sites, redes sociais, outdoor, chamadas de rádio e televisão – explicita a busca por adesão popular. Interessante observar a recorrência de vestimentas que lembram os tradicionais abadá e bandanas usados por foliões em trios carnavalescos. A musicalidade profana do funk, hip-hop e axé são convertidas ao louvor religioso.



Mas muitos hinos ganharam arranjos de forró-xote como forma de conquistar fiéis, vejamos como exemplo o refrão do hino "Pastel de Rodoviária" de Toinho de Aripibú, cantado por Tereza Cristina, 2020.

O crente precisa ser igual, pastel de rodoviária,
Muito óleo e pouca carne, na sua vida diária,
Sempre orando, vigiando, lendo a bíblia
E meditando, caminhando pra igreja
É assim que o cristão
Encontra condição para vencer a peleja.

O corpo deixou de ser o templo, ele é mero recurso para que a teologia da prosperidade se materialize, independente do texto bíblico. Percebe-se que a valorização do óleo retoma e reforça uma perspectiva do Antigo Testamento, como forma de unção dos escolhidos. Mais do que elevar um louvor ao criador, esses novos cantores buscam agregar, sob orientação dos pastores bispos, novos adeptos e manter os antigos. Segundo Murillo & Kunz (2018),

A Teologia da Prosperidade teve origem nos Estados Unidos, no ano de 1930. Seu fundador foi William Kenyon, que, apesar de ter passado por igrejas tradicionais e pentecostais, foi influenciado pelos ensinamentos filosóficos pelas seitas metafísicas conhecidas como Igreja da Ciência Religiosa, Ciência Cristã e outros. Sua pregação principal era sobre cura divina e suas principais posições doutrinárias foram: o ser humano é dividido em espírito, alma e corpo, porém o mais importante é o espírito; Deus criou o mundo pela palavra da fé e todo cristão deve proferir palavras da fé para ter aquilo que deseja, inclusive Kenyon usou a palavra da fé para ganhar dinheiro; ensinando que, na queda, Adão perdeu a autoridade sobre a terra e Satanás se tornou o deus deste mundo e, que por meio da confissão positiva, com o tipo de fé de Deus, o cristão pode vencer a doença e a pobreza.

Segundo o blog Coalizão pelo Evangelho, o pai do ensino da teologia da prosperidade foi Oral Roberts, de Oklahoma, que decidiu se dedicar ao ministério depois de ter sido curado da tuberculose num avivamento, agregando então a expressão cura pela fé. Mais tarde, Kenneth Hagin criou a distinção entre logos (palavra escrita de Deus) e rhema (palavra falada ou revelada), nomeado como movimento de fé, responsável por espalhar a nova teologia.

Um evento como a Marcha para Jesus exige uma significativa coordenação para sua realização – não se trata de um flash mob ou algo do gênero – envolvendo uma estrutura física (carros de som, palcos etc.), organização sociojurídica (alvará, segurança etc.), aporte econômico (patrocinadores) e circulação de produtos (souvenires, alimentos e bebidas). A publicidade do evento explicita as pretensões de espetacularização ao anunciá-lo como o maior evento cristão do



mundo. Jovens e adolescentes formam o núcleo dinâmico da marcha cantando e dançando coreografias (Abreu e Labañino, 2016).

As demonstrações públicas de fé derivam de um imaginário religioso e ocorrem sob orientação das formas de pensar, sentir e agir dos fiéis. No contexto da Igreja Assembleia de Deus, ganha especial relevo o papel litúrgico da Harpa Cristã, conjunto de hinos e louvores utilizado em seus cultos – nessa publicação é recorrente o uso de versos que fazem analogia entre o combate militar e a difusão da fé evangélica contra as hostes do mal. De igual modo, no periódico publicado pela referida denominação, chamado de Mensageiro da Paz, também se encontra a simbologia da igreja em marcha como representação do avanço do reino de Deus na Terra (Neto, 2019). Mas há uma valorização demasiada da figura demoníaca – Satanás, inferno, castigo, como forma de controle dos corpos. A fé, a salvação, a fraternidade ficam em segundo plano.

Outro problema de interpretação dos bispos dessas igrejas é a transposição das experiências dos profetas para o mundo e dias atuais. Tomemos como exemplo o templo de Salomão bíblico. Ora, para o bispo Edir, nada mais justo do que construir o templo em São Paulo, realizar a noite dos 369 profetas, incorporar o talit e o quipá como indumentárias, são algumas das transposições realizadas. Não é incomum vermos os símbolos do judaísmo presentes na marcha e nos cultos dessas igrejas neopentecostais, Menorá - candelabro de sete braços, a estrela de Davi, vestimentas como o Talit, o Kipá. Estes símbolos têm sido reapropriados pelos neopentecostais.

Discute-se a sua função e utilização nessas igrejas ou se apenas como elemento para justificar a nova interpretação da teologia da prosperidade também chamada de evangelho da riqueza e da saúde ou a teologia do “decrete e reivindique” (Carter, 2024). Além da Teologia da Prosperidade, suas práticas enfatizam a libertação de pessoas oprimidas por demônios fazendo com que o uso de objetos ungidos. No caso da Universal, isso ganha destaque pelo uso da mídia. Assim, a cosmovisão dessas igrejas está povoada por demônios. Os males do mundo são obra dos demônios (Nicodemus, 2023).

Registramos que as investidas das igrejas neopentecostais estão longe de serem apenas uma onda de avivamento da fé. São um mercado muito rentável de comércio de artefatos espirituais como sementes sagradas, garrafa de água da terra santa, direito a participar de certos cultos nas igrejas, intimidação nas campanhas de arrecadação, entre outras práticas. Tudo realizado sob o



manto de televangelismo solapando os ensinamentos de Jesus, segundo muitos teólogos cristãos de diferentes denominações.

Em suma, conforme explica Silva (2019), a expressão de fé consubstanciada na Marcha para Jesus tem como objetivo a apropriação do espaço público para fins confessionais. A disputa territorial é marcada pela proliferação de templos evangélicos e a realização de shows de música gospel. Os símbolos que povoam a Marcha para Jesus encarnam os valores compartilhados pelos participantes que se expressam em modos de pensar, sentir e agir. Marchar para a vitória, conquistar a terra prometida por meio da batalha espiritual – podemos dizer que se trata de uma figuração da narrativa bíblica do êxodo em busca da terra prometida.

Considerações finais

Exploramos as conexões entre religião e política em dois eventos da realidade brasileira, o Golpe cívico-militar de 1964 e a ascensão da extrema direita ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Pontuamos que no primeiro evento a primazia religiosa foi exercida pela Igreja Católica, na Marcha pela Família, enquanto no segundo por um conjunto de denominações neopentecostais, na Marcha para Jesus. Identificamos conexões entre religião, a extrema-direita política, a luta contra a difusão do comunismo e a defesa da pauta de costumes.

No Golpe cívico-militar de 1964, houve uma gestação da ruptura institucional a partir de grupos de interesse ligados à elite empresarial descontente com a agenda de reformas de base do governo João Goulart. No contexto da sociedade civil organizada, o principal ator político a dar suporte ao regime militar consistiu na Igreja Católica. A Marcha pela Família consistiu na principal mobilização contra o governo civil, abrindo caminho para a ruptura capitaneada pelos militares. Com a instalação do governo militar, o alto clero católico, representado pela CNBB, não apenas chancelou o novo regime como hipotecou integral apoio aos novos mandatários.

A Marcha para Jesus, iniciada no Brasil por obra da Igreja Renascer em Cristo em 1993, contém um intrincado imaginário que envolve a batalha espiritual e a conquista da terra prometida, que se conectam com o nacionalismo e a pauta conservadora. No seu desenrolar, podemos perceber elementos ritualísticos, comunitários e de celebração - a publicização da fé como parte da prática de proselitismo também é uma marca do evento. De igual modo, as fronteiras entre o político e o religioso são borradas pela presença recorrente de líderes religiosos com ambições



políticas e políticos de carreira em busca de captar o voto evangélico. O crescimento demográfico do segmento evangélico se refletiu no colégio eleitoral, em especial nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, em que esse segmento se alinhou à candidatura de Jair Bolsonaro, com base numa pauta moral e conservadora; uma defesa do livre mercado e a busca pela prosperidade.

No contexto da Marcha para Jesus, a terra prometida é a própria cidade na qual se desenrola a efeméride e, por meio da qual, a comunidade de fiéis deseja decretar a posse de Jesus, dos quais são os legítimos adoradores e representantes na terra. Essa tomada de posse demanda a ocupação dos espaços públicos, bem como a atuação na esfera pública, apontando para a confluência entre religião e política – a tomada da terra prometida pode dar-se por meio de instrumentos espirituais, em particular a batalha espiritual e, pelo uso da força, nesse caso, o secular poder militar, para a ruptura institucional rumo à imposição da lei e ordem ancoradas na tradição neopentecostal.

Referências

- ABREU, Cleto Junior P. de; LABAÑINO, Yumei I. Morales. A festa de Corpus Christi dos evangélicos, *Ponto Urbe* [En línea], 19, 2016.
- ALMEIDA, R. DE. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175001, 2017.
- CARTER. J. 9 Coisas que Você Deve Saber Sobre a Teologia da Prosperidade. <https://coalizaopeloevangelho.org/article/9-coisas-que-voce-deve-saber-sobre-a-teologia-da-prosperidade> acesso em abril de 2024.
- CARVALHO, Erico Tavares de. Cristianos y afroreligiosos en el espacio público: notas etnográficas sobre las marchas religiosas en Porto Alegre, RS. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 20, n. 28, p. 33–46, 2018.
- CASALECCHI, G. A.; COELHO, V. A. B. Os eleitores evangélicos são mais conservadores e autoritários? *Argumentos* - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 73–91, 2024.
- DIAS, Luiz Antonio. Em defesa da ordem. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Golpe de Estado de 1964: militares e civis na conspiração do Rio de Janeiro. Ano 7, n. 83. agosto, 2012.
- DREIFUSS, René. 1964. *A conquista do Estado: ação, política e golpe de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.



- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- G1-SP. Marcha para Jesus 2019 em São Paulo: evento evangélico reuniu milhares de pessoas na Zona Norte da capital. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/20/27a-edicao-da-marcha-para-jesus-em-sao-paulo-fotos.ghhtml>, acesso em abril de 2024.
- GIMENES, H. Bolsonaro será o 1º presidente na Marcha Para Jesus. *Portal PLENO NEWS*, 2019. <https://pleno.news/brasil/politica-nacional/bolsonaro-sera-o-1o-presidente-na-marcha-para-jesus.html>, acesso em abril de 2024.
- GOMES, Edlaine de Campos; DIDIER, Hugo. Marcha para Jesus. *Ponto Urbe* [online], n. 8, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/fz5a1b91>>.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O Breve século XX*. São Paulo: Cia da Letras, 2008.
- LINS, Beatriz Accioly; LAGO, Natália B.; SPIRA, Vinícius. Palmas para Jesus. *Ponto Urbe* [online], n. 18, 2016. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/218524>>.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Marcha reage 'com Deus' contra Jango: de rosários nas mãos, setores da classe média protestam contra 'perigo comunista'*. <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contrajango>, acesso em abril de 2024.
- MENDES N. M. M. Ritual, *communitas* e espetáculo religioso na marcha para Jesus em Fortaleza-CE. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39 n. 2, 2008, p. 105 – 120.
- MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas fundamentais (1961-1964)*. 406 f. Tese em economia, PPGE/UFRGS: Porto Alegre, 2011.
- MURILLO, G. & KUNZ, M. Z. As Origens Norte-americanas da Teologia da Prosperidade, Seus Ensinos e Sua Influência no Contexto Brasileiro. *Revista Teológica*. V. 19 N. 37. junho/2018.
- NETO, F. de S. Marcha Contra o Pecado: Imaginário Religioso na Assembleia de Deus na Ocupação de Espaços Públicos. *De Magistro De Filosofia*, ano XII n. 27, 2019, p. 119-132.
- PAEGLE, E. G. de M.; KLUG, J.; ASSMANN, S. J. A “marcha para Jesus” como rito de inversão: uma análise em Florianópolis. *Protestantismo em Revista*, v. 21, jan.-abr. 2010, p. 25-33.



- NICODEMUS, A. Motivos da igreja Universal ser uma seita. *YouTube*, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_SIIdBoUPhCc
- PRESOT, Aline. Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe e 1964. In.: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e Avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964*. 447 f. Tese de doutorado em História, PPGH/UFRGS: Porto Alegre, 2002.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 158 f. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFRGS: Porto Alegre, 1996.
- ROSA, Renato Torres Anacleto. *O Diálogo de Dom Helder Câmara com o marxismo em Recife: 1964-1979*. Dissertação de Mestrado em História, PPGH/UFRJ: Rio de Janeiro, 2015.
- SANT’ANA, Raquel. O som da marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. *Religião & Sociedade* - ISER, v. 34, n. 2, dez. De 2014.
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- SERBIN, Kenneth P.. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, E. F. da. A Fortaleza da fé em dois movimentos: Marchando para Jesus, Caminhando com Maria. *Religare*, 2019, p.413-434.
- SILVEIRA, D. O. da. Afinal, isso (não) é uma festa? Um olhar sobre A Marcha para Jesus no interior do Amazonas. In: SILVA, G. B. M.; DAOU, G. P. (orgs). *Anais do V Encontro de Perspectivas* [recurso eletrônico]: poder e simbolismo em três décadas de cidadania e redemocratização brasileira - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p 76-81.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.